

~~CPI~~ fortalecida

Orçamento

A exceção evidentemente dos acusados, a opinião no Congresso é consensual: a descoberta do crime macabro praticado por José Carlos em nada altera a essência e o rumo da CPI do Orçamento. De certa forma, a fortalece, na medida em que o assassinato de Ana Elizabeth deveu-se aos conhecimentos que tinha da roubo-lheira que a CPI investiga.

Portanto, a descoberta do crime apenas dá um tom mais grave e dramático ao que se apura. Confirma a existência de uma quadrilha, que, para garantir a tranquilidade de seus negócios, não hesitou, dentro dos clássicos padrões mafiosos, em recorrer à queima de arquivo.

Não foi certamente por razões de ordem passional que o ex-assessor do Senado liquidou a esposa. Agiu friamente, em defesa de seus negócios. E os seus negócios, como a CPI está constatando, envolviam parlamentares e dinheiro público. Na sequência, porém, preso e sem apoio de seus ex-aliados — presumivelmente os parlamentares que acusou à CPI como chefes do "esquema" —, decidiu virar a mesa.

E aí também, ao que tudo indica, agiu pragmaticamente. Não o fez movido por sentimento cívico, como quis sugerir, mas para tentar desviar a atenção do público e das autoridades do crime de homicídio contra sua mulher, cuja autoria lhe foi desde o início imputada pela polícia de Brasília. Encurralado pelas evidências, optou pela estratégia de denunciar a corrupção, que o condenaria a pena mais amena. E teve êxito relativo: por algumas semanas, chegou a confundir CPI e Ministério Público. Por pouco não foi posto em liberdade.

A descoberta do homicídio é de grande importância para a continuidade dos trabalhos da CPI. Dará mais objetividade às

investigações, desencorajando ações cinematográficas dos que jogam para a platéia. Daqui para a frente, deve haver maior rigor por parte dos parlamentares na delimitação dos campos de ação da polícia e da CPI. Procurar cadáveres, por exemplo, ainda que movido pelas mais nobres intenções, não é, seguramente, missão parlamentar.

Quanto às denúncias de José Carlos, devem continuar sendo investigadas. O homicídio, ainda que hediondo, não o desqualifica nem o qualifica como informante. Continua sendo alguém sem fé pública, mas que, pelas funções que exerceu, não pode ser desprezado como fonte.

Há mais coisas a apurar. As investigações somente agora começam a chegar ao Executivo, por meio do DNER. Segundo sugere José Carlos, é agora que o mais substancial deve aparecer. A CPI não deve esmorecer, nem se inibir com o infundado e momentâneo entusiasmo de alguns acusados — João Alves, por exemplo —, que supõem que a descoberta do cadáver sepultará a CPI. Nada a ver, o destino de José Carlos está selado por ele mesmo. E nada tem a ver com o destino da CPI, cuja missão continua sendo, mais que nunca, a de levar a faxina do Orçamento às últimas consequências.

PC Farias - A prisão de PC, neste momento, faz com que o caso Collor, que andava meio em segundo plano, diante da concorrência da CPI do Orçamento, volte a ser lembrado. Impossível dissociar PC de Collor, já que a base da denúncia que resultou no impeachment, formulada por Pedro Collor, era a de que ambos eram sócios, na base de 70 por cento para o ex-presidente e 30 para PC.